

# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua: José Gomes, n.º 558, Bairro Vila Nova, CEP: 19.570-000 - Regente Feijó - SP

## RESOLUÇÃO N.º 05/2019

**Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e sobre procedimento de sua apuração.**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE REGENTE FEIJÓ - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal n.º 2.921/2015, bem como pelo art. 139, do Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo art. 7.º, da Resolução CONANDA n.º 170/14, que lhe conferem a Presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho tutelar e,

**CONSIDERANDO** que o art. 7.º, § 1.º, letra “c”, da Resolução CONANDA n.º 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

**CONSIDERANDO** ainda, que o art. 11, § 6.º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA n.º 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

### RESOLVE:

**Art. 1.º** - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(das) habilitados(as) no Processo de Escolha e será encerrada a meia noite da véspera do dia da votação.

**Art. 2.º** - Serão consideradas condutas **VEDADAS** aos(as) candidatos(as) devidamente habilitados(as) no Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2019 e aos seus pressupostos:

### DA PROPAGANDA

**a)** Oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

**b)** Perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou musicais acústicos;

**c)** Fazer propaganda por meio de impressos ou de objetos que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

**d)** Prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;



# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua: José Gomes, n.º 558, Bairro Vila Nova, CEP: 19.570-000 - Regente Feijó - SP

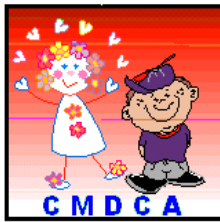
- e) Caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- f) Fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa da cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centro comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que a propriedade privada), inclusive postes e iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
- g) Colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas, tapumes, divisórios, mesmo que não lhes cause danos;
- h) Fazer propaganda mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.

## DA CAMPANHA PARA A ESCOLHA

- a) Confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(a) eleitor(a);
- b) Realizar showmício e evento assemelhado para promoção de candidatos(as) bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
- c) Utilizar trios elétricos em campanha, exceto para a sonorização de anúncios e comícios;
- d) Usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- e) Efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita.
- f) Contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.
- g) Conselheiros Tutelares em exercício e/ou candidato servidor público utilizar seu espaço de trabalho, durante ou após o horário de trabalho para fazer campanha ou utilizar propaganda.

## NO DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA

- a) Usar autofalantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreatas;
- b) Arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
- c) Até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;



# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua: José Gomes, n.º 558, Bairro Vila Nova, CEP: 19.570-000 - Regente Feijó - SP

- d) Fornecer aos(às) eleitores(as) transporte ou refeição;
- e) Doar, oferecer, prometer ou entregar ao(à) eleitor(a), com o fim de obter o voto ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
- f) Padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(suas) respectivos(as) fiscais.

## DAS PENALIDADES

**Art. 3.º** - O desrespeito às regras apontadas no art. 2.º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DAS CONDUTAS VEDADAS

**Art. 4.º** - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

**Parágrafo único** - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

**Art. 5.º** - No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(à) infrator(a) para que, se o desejar, apresente a defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3.º, inciso I, da Resolução CONANDA n.º 170/14).

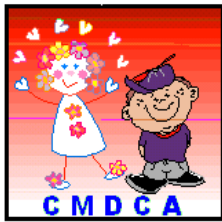
**Parágrafo Único** - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

**Art. 6.º** - A Comissão Eleitoral do CMDCA poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo da defesa (art. 11, § 3.º, inciso II, da Resolução CONANDA n.º 170/14).

**§ 1.º** - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa.



# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua: José Gomes, n.º 558, Bairro Vila Nova, CEP: 19.570-000 - Regente Feijó - SP

**§ 2.º** - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído.

**§ 3.º** - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

**Art. 7.º** - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentalmente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. art. 11, § 3.º, inciso II, da Resolução CONANDA n.º 170/14).

**§ 1.º** - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 3.º, inciso II, da Resolução CONANDA n.º 170/14).

**§ 2.º** - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6.º, §§ 1.º a 3.º da presente Resolução.

**Art. 8.º** - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica.

**Parágrafo único** - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

**Art. 9.º** - O(A) representante do Ministério Público, tal qual determina o (art. 11, § 7.º, da Resolução CONANDA n.º 170/14, deverá ser certificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do CMDCA e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

**Art. 10** - Os prazos previstos no art. 3.º seguirão a regra do Art. 172, do Código de Processo Civil (Lei Federal n.º 5.869, de 11/01/1973), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

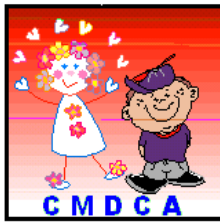
## DA PUBLICIDADE DA RESOLUÇÃO

**Art. 11** - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

**Parágrafo único** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

**Art. 12** - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA fará reunião com eles(as) em 02 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

**a)** Antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos (as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) habilitados(as) - art. 11, § 5.º e 6.º, da Resolução CONANDA n.º 170/14, conforme Art. 1.º desta Resolução;



# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua: José Gomes, n.º 558, Bairro Vila Nova, CEP: 19.570-000 - Regente Feijó - SP

b) Na véspera do dia da votação.

**Parágrafo único** - Em cada uma dessas reuniões será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) os Membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, § 6.º, inciso II, da Resolução CONANDA n.º 170/14).

**Regente Feijó, 11 de Setembro de 2019.**

**COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL - CMDCA**

**SWELEN DE OLIVEIRA VELASQUE  
PRESIDENTE DO CMDCA**